

AMAZÔNIA, estratégia e negócios

Por Lucio Colangelo Filho e Rafael Abrão Possik Jr, alunos da 1ª turma da pós-graduação em Estratégia Militar para a Gestão de Negócios da FAAP.

Após quase 200 anos de Independência, parece que nossa cultura não conseguiu libertar-se totalmente dos matizes do Brasil Colonial. Recentemente, o jornal americano *The New York Times* escreveu que a sugestão feita por líderes globais de que a Amazônia não é patrimônio exclusivo de nenhum país está causando preocupação aos brasileiros. E, com as preocupações, vieram à lembrança algumas afirmações polêmicas de figuras proeminentes nos últimos vinte anos:

- “Ao contrário do que os brasileiros acreditam, a Amazônia não é propriedade deles, ela pertence a todos nós”- Al Gore, ex-vice-presidente norte-americano.
- “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia.” - François Mitterrand, ex-presidente da França.
- “A Amazônia e outras florestas tropicais do planeta deveriam ser considerados bens públicos mundiais e submetidas à gestão coletiva – ou seja, gestão da comunidade internacional.” - Pascoal Lamy, presidente da OMC (Organização Mundial do Comércio).

A Amazônia nos coloca hoje diversas questões relevantes, como: a ecológico-ambiental, a indígena e a da segurança nacional. Os alunos da 1ª turma do curso de pós-graduação em Estratégia Militar para a Gestão de

Negócios, da FAAP, tiveram a oportunidade de viajar pela Amazônia e avaliar *in loco* diversos aspectos dessas questões. Trataremos dessa viagem a seguir.

A QUESTÃO ECOLÓGICO-AMBIENTAL

Os brasileiros são muito criticados por desmatar a Amazônia e, com isso, contribuir para gerar as mais diversas catástrofes ambientais. Mas há alguns fatos importantes a considerar. Há 8 mil anos, o Brasil possuía **9,8%** das florestas mundiais. Hoje, o país detém **28,3%**. Dos 64 milhões de quilômetros quadrados de florestas existentes antes da expansão demográfica e tecnológica dos humanos, restam menos de 15,5 milhões, cerca de **24%**. Mais de **75%** das florestas mundiais já desapareceram. Com exceção de parte das Américas, todos os continentes desmataram e muito, conforme revela o estudo da Embrapa Monitoramento por Satélite sobre a evolução das florestas mundiais¹.

Segundo o prof. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em ecologia e chefe geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, a Europa, sem a Rússia, detinha mais de 7% das florestas do planeta e hoje tem apenas 0,1%. A África possuía quase 11% e agora 3,4%. A Ásia já deteve quase um

¹ <http://www.cnpm.embrapa.br>

quarto das florestas mundiais (23,6%), agora possui 5,5% e segue desmatando. No sentido inverso, a América do Sul que detinha 18,2% das florestas, agora detém 41,4% e o grande responsável por esses remanescentes, cuja representatividade cresce ano a ano, é o Brasil.

Longe de estar encerrada no passado, essa tendência se mantém e se o desflorestamento mundial prosseguir no ritmo atual, o Brasil – por ser um dos que menos desmatou – deverá deter no futuro quase metade das florestas primárias do planeta. O paradoxo é que, ao invés de ser reconhecido pelo seu histórico de manutenção da cobertura florestal, o País vem sendo severamente criticado pelos campeões do desmatamento e paulatinamente alijado da própria memória.

O estudo da Embrapa indica que, apesar do desmatamento dos últimos trinta anos, o Brasil é um dos países que mais mantém sua cobertura florestal. Dos 100% de suas florestas originais, a África mantém hoje 7,8%, a Ásia 5,6%, a América Central 9,7% e a Europa – **o pior caso do mundo** – apenas 0,3%. Embora deva-se mencionar o esforço de reflorestar para uso turístico e comercial, não é possível ignorar que 99,7% das florestas primárias européias foram substituídas por cidades, cultivos e plantações comerciais.

O continente que mais mantém suas florestas originais é a América do Sul com 54,8%. Nossa legislação exige que as propriedades rurais preservem de 20% a 80% de sua área total na forma de reserva florestal. Com invejáveis 69,4% de suas florestas primitivas, o Brasil tem grande autoridade para tratar desse tema frente às **críticas dos campeões do desmatamento mundial**.

Mas não o faz. A inexistência de uma política bem definida permite que uma espécie de “fundamentalismo” obscurantista, quase uma cegueira ideológica, espalhe-se como vírus em nossos organismos de decisão e contamine parcela de nossos operadores do direito e da administração, gerando uma somatória de ações judiciais, exigências

descalibradas em processos de licenciamento ambiental, atritos com ONGs (organizações não-governamentais), imprensa, etc., cujos impactos resultam nocivos ao interesse nacional, sem qualquer vantagem social, ambiental ou econômica para o nosso país.

A QUESTÃO INDÍGENA

As declarações do general-de-Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, comandante militar da Amazônia, em palestra realizada no Clube Militar, no Rio de Janeiro, em abril de 2008, despertaram nossa sociedade para uma observação mais criteriosa do que está acontecendo a nossa volta.

Com o apoio de organismos supra-nacionais e de muitas ONGs, está em curso uma série de ações que visam estabelecer “nações indígenas” com bases territoriais contínuas, em regiões fronteiriças. Esses organismos agem, em grande medida, pela exploração da “consciência de culpa” da sociedade brasileira em relação a uma hipotética espoliação pretérita de “donos do território”, seres simples e bem intencionados, que foram subjugados pelo poder superior do europeu colonizador e explorador de riquezas naturais. A demarcação seria, assim, uma pequena reparação da “dívida histórica” com o índio.

Esse é o caso da reserva Raposa-Serra do Sol, em Roraima, fronteira com a Venezuela. Tudo indica que esse território, com área de 1,7 milhão de hectares, assenta-se sobre reservas minerais muito valiosas, como ouro, diamantes, nióbio, cassiterita e platina. Fala-se, também, que a área abrigaria jazidas substanciais de urânio. Não é necessário discorrer sobre a importância que esse elemento tem atualmente e que deverá assumir na medida em que outras fontes de energia se tornem mais escassas.

O mais surpreendente do movimento pela retirada (ou simples expulsão) dos não-índios da reserva em questão, é que ele estabelece uma “nação indígena”, com fronteiras bem definidas, dentro das quais se inserem

A comitiva da FAAP, diante da aeronave C-99 da FAB, na qual viajou até a Amazônia.



O grupo da FAAP após a palestra no SIVAM.

O coronel Rodrigues, coordenador do curso da FAAP, atento aos debates na palestra no CMA.



os índios, os missionários e as ONGs que os apoiam. Do lado de fora devem se manter os brasileiros em geral e, em especial, o Estado brasileiro. Essa ausência do poder disciplinador do Estado abre portas para o sucateamento da soberania territorial e para a exploração do território por grupos marginais (traficantes, guerrilheiros, terroristas, etc.). Em tese, a exploração poderia se dar com o consentimento negociado dos “índios soberanos” ou simplesmente em função de sua incapacidade (planejada ou incidental) de controlar o território.

VIAGEM À AMAZÔNIA

A viagem dos alunos da 1ª turma do curso de pós-graduação em Estratégia Militar para a Gestão de Negócios da FAAP à Amazônia foi liderada pelo general Burgos e pelo coronel Rodrigues, coordenadores do curso, e com a supervisão do general Conforto. A missão teve início em Manaus, com uma visita ao SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia) em cuja sede os alunos foram recebidos pelo capitão-de-fragata Wagner A. de Lima Gonçalves. O SIPAM é responsável pela coleta, sensoriamento, monitoramento e reprodução de informações da Amazônia Legal, praticamente em tempo real. Faz parte dele o projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), criado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência

A FAAP estava sendo aguardada na Amazônia.





Registro da corajosa ação de acariciar uma onça.

da República, em conjunto com o Ministério da Justiça e da Aeronáutica. O SIVAM abriga também o CINDACTA IV – Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo da Região Amazônica, onde o seu comandante, o brigadeiro-do-ar Carlos Eurico Peclat dos Santos, mostrou os dados e a infraestrutura que cuida do espaço aéreo amazônico.

No Comando Militar da Amazônia (CMA), o grupo foi recebido pelo chefe do Estado-Maior, general João Carlos de Jesus Corrêa, que, na sala de guerra, discorreu, com grande clareza, sobre diversos fatos e dados até então desconhecidos pelo grupo. A apresentação sobre as possíveis ameaças externas sobre a Amazônia e as estratégias de defesa contra elas foi o ponto alto da palestra.

Ainda nas instalações do CMA, o grupo assistiu a uma palestra do geólogo João Frederico Guimarães Cruz, assessor especial do 8º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral – Amazonas, que falou sobre as riquezas da Amazônia e sobre diversas deficiências e incoerências da estrutura legal que as regem. Entre as várias situações curiosas resultantes da legislação, o Frederico Cruz mencionou que a cidade de Manaus encontra-se quase que totalmente em uma APP (Área de Preservação Permanente) e, a ser cumprida a lei, deverá ser demolida e seus terrenos transformados em selva original. O palestrante também mencionou que muitas das afirmações feitas sobre a Amazônia carecem de base técnico-científica, embora sejam divulgadas como verdades inquestionáveis.



O general Burgos, coordenador do curso da FAAP, durante palestra no CMA.



O general-de-brigada João Carlos de Jesus Correa no decorrer de sua palestra.

SOBERANIA

038

A comitiva da FAAP realizou um voo em helicópteros *Cougar* (o da foto) e *Black Hawk*.



O grupo também visitou o CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva, onde o seu comandante, coronel Antônio Manoel Barros apresentou a infra-estrutura para treinamento dos “guerreiros de selva” brasileiros e algumas das formas como nosso território é por eles defendido. O grupo também conheceu (e voou) os helicópteros *Black Hawk* e *Cougar*, utilizados pelo Exército em apoio a treinamento e missões operacionais na região.

A etapa seguinte da viagem foi o deslocamento para São Gabriel da Cachoeira, 1.146 km rio Negro acima, distância maior que a de São Paulo a Porto Alegre. Localizado na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, o município é o terceiro maior do Brasil em área territorial e o que concentra a maior população indígena, com mais de 600 comunidades. Além disso, abriga unidades do Exército e da Força Aérea, incluindo uma estação de radar do SIPAM. O grupo foi recebido pelo general Ivan Carlos Weber Rosas, comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva que apresentou informações sobre a realidade local e suas peculiaridades, como clima inóspito e dificuldades de acesso por rios não perenes e estradas muito precárias. Também discorreu sobre os seis pelotões especiais de fronteira da 2ª Brigada, construídos em regiões ermas e responsáveis pela primeira defesa de nossas fronteiras e de nossa soberania. O grupo visitou o bem montado hospital de Guarnição, operado pelo Exército e que atende à população em geral, incluindo os indígenas, e aos militares lá estabelecidos.

De São Gabriel da Cachoeira, o grupo voou, por aproximadamente 25 minutos, rumo ao 5º PEF (Pelotão Especial de Fronteira) do 5º BIS (Batalhão de Infantaria de Selva). Até onde a vista alcança e nos 360 graus do azimute só se vê a mata virgem. Mas a floresta está longe de ser o tapete verde e homogêneo que muitos imaginam. Ao



A palestra do geólogo João Frederico Guimarães Cruz.



A comitiva teve contato com a fauna amazônica com destaque para esta sucuri.

contrário, a vegetação e o relevo são diversificados e surpreendentes. Em todo o percurso, os rios rasgam a floresta. Nas matas baixas, se abrem em vários braços e formam pequenas ilhas; nas mais fechadas, surgem sinuosos e depois se escondem para surgir logo adiante, espelhados. No caminho, passa-se ao lado do morro dos Seis Lagos, maior reserva de nióbio inexplorada do planeta, uma riqueza brasileira extremamente valiosa para aqueles que constróem ônibus espaciais, *chips* de com-

putador, placas de telefone celular e outros dispositivos de alta tecnologia.

No meio da selva, começa a aparecer a forma de um quartel do Exército brasileiro entre uma pista de pouso e um pequeno povoado ianomâmi, no sopé do pico da Neblina: Maturacá. Incrível construir um quartel e uma pista de pouso naquele local. Trabalho incansável dos homens obstinados da COMARA (Comissão de Aeroportos da Amazônia, órgão da FAB – Força Aérea Brasileira) e da

O painel de avisos saúda a comitiva da FAAP em São Gabriel da Cachoeira (AM).





A equipe da FAAP ouvindo o grito de guerra: “Selva!”

Engenharia do Exército. A homenagem aos esforços logísticos da Força Aérea está inscrita em uma placa na entrada do quartel: “Da primeira tábua ao último prego, todo material empregado nestas instalações foi transportado nas asas da FAB.” A formatura dos soldados, recepção de honra aos visitantes, é uma cerimônia absolutamente emocionante, com o Hino Nacional cantado por todos em uníssono. Um sargento entoia a Oração do Guerreiro da Selva, que termina com o grito de guerra: **“Selva!”**.

Os pelotões de selva recrutam seus soldados nas comunidades locais. Segundo o general Rosas, “na selva nenhum soldado se iguala ao indígena”. Os pelotões são chefiados por tenentes com idade inferior a 30 anos, obrigados a exercer os papéis de comandante militar, prefeito, juiz de paz, delegado, gerente médico-odontológico, administrador do programa de inclusão digital e o que mais for necessário assumir nas comunidades das imediações, esquecidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais. Tais serviços, de responsabilidade de Ministérios e Secretarias estaduais e municipais, são prestados pelas Forças Armadas sem qualquer dotação orçamentária suplementar. As instalações são de um despojamento espartano. As dificuldades de abastecimento, os atrasos dos vôos causados por adversidades climáticas e avarias técnicas e o orçamento minguado das Forças Armadas, tornam o dia-a-dia dos que vivem em pleno isolamento um ato de resistência permanente. Esses militares, anônimos, são responsáveis pela defesa

dos limites de uma região conturbada pela proximidade das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e pelas rotas do narcotráfico. “Não estivessem lá, quem estaria?”, escreveu o dr. Dráuzio Varella em artigo na *Folha de S. Paulo*.

O grupo fincou a bandeira da FAAP no limite extremo das nossas fronteiras, trazendo uma certeza: os brasileiros da Amazônia não podem viver em pleno século XXI como se estivessem no século XV, para satisfazer os interesses de ONGs tão desconhecidos quanto a origem dos recursos que as mantêm. E voltou com a certeza que a liberdade de ação desfrutada pelas muitas ONGs é resultado imediato do “vácuo de poder” decorrente da omissão do Estado na região.

ESTRATÉGIAS E QUESTÕES

Os alunos puderam utilizar parte do ferramental apresentado e discutido ao longo do curso para analisar essas questões amazônicas.

As palestras sobre Geopolítica do coronel Sérgio Dias da Costa Aita (instrutor do curso) forneceram o embasamento teórico para análise das influências e interesses externos sobre a região amazônica.

As apresentações do general Sérgio Ernesto Alves Conforto, sobre o tema *Poder*, proveram o arcabouço conceitual para análise do conflito de vontades em torno das riquezas da Amazônia. A influência das ONGs na região pode ser avaliada à luz da lei da expansão do poder:

“Todo poder tende a se expandir até que seja impedido por outro”, enfatizou o general Conforto. As palestras sobre Estratégia, Segurança e Defesa ministradas pelo general Santa Rosa, apresentaram as táticas indiretas de combate. Pôde-se observar estas táticas postas em prática em formas variadas:

- quando as nações que mais poluem o nosso planeta geram factóides na mídia internacional que retratam os brasileiros como criminosos ambientais e desviam as atenções da opinião pública de questões mais graves, como as reais causas do aquecimento global;
- pelo uso de ONGs como instrumentos para mobilização da opinião pública contra interesses nacionais legítimos e a favor de interesses externos espúrios;
- pelo uso dos indígenas como escudo de proteção contra ações legítimas da sociedade brasileira.

Nesses domínios, é grande nossa defasagem em relação aos outros países, e não raro, demonstramos certa ingenuidade no trato dos desafios que nos são impostos. Seguindo os ensinamentos ensinados no curso, a questão final que se coloca é: a quem interessa construir tão intrincada trama de obstáculos ao nosso crescimento estratégico e à ocupação produtiva da Amazônia? É mais fácil responder por negação: **certamente, não interessa ao povo brasileiro.**

IMPACTOS SOBRE O MUNDO DOS NEGÓCIOS

Tudo isso tem impactos sobre o mundo dos negócios. Por um lado, a Amazônia apresenta inúmeras oportunidades de negócio para o empresariado. Essas oportunidades estão ligadas à exploração das riquezas naturais da região e ao uso da Amazônia como laboratório para desenvolvimento de inovações e tecnologia.

Por outro lado, há diversos óbices a superar. Em primeiro lugar, as indefinições sobre a segurança e sobre o uso da terra e recursos de Amazônia afastam trabalho e investimentos, pois as incertezas não agradam ao trabalhador nem ao capital. É preciso estabelecer regras claras e duradouras que dêem aos empreendedores bons motivos para arriscar suas vidas e seus capitais, promovendo o desenvolvimento.

Em segundo lugar, leis ambientais severas e a atuação de ONGs encarecem a exploração de recursos naturais e inviabilizam a construção de portos, rodovias, aeroportos, hidrelétricas, enfim, elementos econômicos que podem promover a ocupação do território e gerar riquezas. Finalmente, as exigências de preservação de florestas, por um lado, oneram a exploração de áreas em geral desprovidas de infra-estrutura básica para produção e, por outro, desvalorizam as terras, facilitando sua aquisição por estrangeiros. Essas áreas de preservação obrigatória poderiam ser exploradas na produção de alimentos ou outros produtos agrícolas ou florestais.

Um aspecto da comunidade Mataracá.

